

À COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

23 NOV 2022  
*[Signature]*

**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
COMISSÃO CONJUNTA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ORÇAMENTO,  
FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 0008/2022  
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 46/2022**

Altera artigos do Projeto de Lei Complementar nº 46/2022, na forma que especifica.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:**

**Art. 1º** Ficam alterados os seguintes artigos e anexos do Projeto de Lei Complementar nº 46/2022, passando a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 4º.** .....

**§ 4º** Os servidores a que se referem o caput desse artigo, quando postos à disposição de outro órgão ou entidade integrante do Poder Executivo Municipal ou cedidos a outros entes, não farão jus à percepção da Gratificação de Desempenho Fazendário (GDF), **exceto quando em exercício na Procuradoria Geral do Município, na célula da dívida ativa, ou quando nomeado para exercício dos cargos de Secretário das Finanças/Fazenda.**

**Art. 5º** Os titulares de cargos de provimento em comissão exercido em caráter exclusivo, os servidores municipais **à disposição e os servidores ou empregados públicos cedidos de outros entes públicos** farão jus à percepção da Gratificação de Desempenho Fazendário, tendo como base de cálculo o valor integral da GDF auferida pelo Auditor do Tesouro Municipal, com carga horária de 240 (duzentos e quarenta) horas mensais, devendo incidir sobre estes fatores de multiplicação constantes no Anexo IV desta Lei Complementar.

**Art. 8º.** .....

**§1º** Para fins de cálculo da Vantagem Pessoal Reajustável (VPR) será considerada a remuneração do servidor **no mês anterior ao da publicação** desta Lei Complementar, composta de valores auferidos a título de vencimento básico, hora extra incorporada, Gratificação de Estímulo à Fiscalização e à Arrecadação Tributárias (GEFAT), anuênios e Incentivo de Titulação (ITA).

**§2º** Exclusivamente para fins de apuração da VPR dos servidores que não receberam GEFAT **no mês anterior** ao da publicação desta Lei Complementar, será considerado o maior valor atribuído a esta gratificação.

(...)



**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**COMISSÃO CONJUNTA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ORÇAMENTO,**  
**FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

---

**§4º.** Sobre os valores pagos a título de Vantagem Pessoal Reajustável (VPR), **vantagem de caráter permanente, incidirá contribuição previdenciária, garantida a percepção para efeito de aposentadoria e pensão, na forma do Regime Próprio de Previdência dos Servidores municipais, sendo reajustada exclusivamente pelo índice geral dos servidores públicos municipais.**

**Art. 9º.** .....

**§ 2º** A opção do servidor pela nova carga horária será dirigida ao Secretário Municipal das Finanças, mediante requerimento, no prazo de até **18 (dezoito)** meses contados da publicação desta Lei Complementar, produzindo efeitos financeiros a partir do mês subsequente à data de sua adesão.

**Art. 12** A Lei Complementar n. 52, de 28 de dezembro de 2007, passa a vigorar acrescida do Capítulo VII-A e com os respectivos artigos, a saber:

**CAPÍTULO VII-A**  
**DAS FORMAS DE DESENVOLVIMENTO NAS**  
**CARREIRAS DE AUDITORIA FISCAL E DE GESTÃO**  
**FAZENDÁRIA**

**Seção I**  
**Das Formas de Desenvolvimento**

**Art. 22 - A** O desenvolvimento do servidor na carreira, a partir da publicação desta Lei Complementar, se dará exclusivamente por:

**I** – Progressão, mediante qualificação profissional e avaliação anual de desempenho;

**II** – Promoção, mediante critérios de qualificação profissional e avaliação de desempenho **aplicados anualmente.**

**§ 1º** A progressão consiste na passagem do servidor de uma referência para a imediatamente superior, dentro da mesma classe a que pertença, que ocorrerá anualmente, mediante avaliação por critérios de desempenho no exercício de atribuições e disciplina administrativa.

**§ 2º** Promoção é a passagem para classe seguinte para os servidores que se encontram na última referência de uma classe, mediante qualificação profissional e avaliação de desempenho.

**§ 3º** Para ter direito à progressão, o servidor precisa estar, no mínimo, há 12 (doze) meses na referência em





**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**COMISSÃO CONJUNTA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ORÇAMENTO,**  
**FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

---

que se encontra.

**§ 4º** Para ter direito à promoção, o servidor precisa estar, no mínimo, há 12 (doze) meses na última referência de uma classe.

**§ 5º** No ano em que o servidor for promovido, não fará jus à progressão.

**§ 6º** A avaliação de desempenho para aferição do atingimento de metas individuais para pagamento da Gratificação de Desempenho Fazendário (GDF) servirá como avaliação de desempenho prevista no inciso I deste artigo, observada a proporcionalidade anual.

**Art. 22 - B** Não se beneficiarão dos processos de progressão ou promoção, os ocupantes dos cargos que, embora implementadas todas as condições, incorrerem em 1 (uma) das seguintes hipóteses:

**I** – não alcançarem os critérios mínimos de avaliação de desempenho, estabelecidos em regulamento;

**II** - tiver sido penalizado em processo administrativo disciplinar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a promoção ou progressão;

**III** - tiver incorrido em mais de 05 (cinco) faltas não justificadas durante o período de 12 (doze) meses que antecedem a promoção ou progressão;

**IV** – estiverem em cumprimento de estágio probatório;

**V** – estejam em gozo de licença para o trato de interesse particular ou outros afastamentos não remunerados durante o período de 12 (doze) meses que antecedem a promoção ou progressão.

**Art. 22 - C** Os processos de promoção ou progressão a que se refere esta Lei Complementar ocorrerão no mês de outubro de cada ano.

**Art. 22 - D** Decreto do Poder Executivo disciplinará os processos de promoção e de progressão, por meio dos critérios de qualificação e avaliação de desempenho.

**Seção II**  
**Da Avaliação de Desempenho**

**Art. 22 - E** A avaliação de desempenho consiste em um processo sistemático e contínuo de acompanhamento de aferição do desempenho do servidor, tendo como objetivos:



**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**COMISSÃO CONJUNTA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ORÇAMENTO,**  
**FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

---

*I – aferir o desempenho individual anual do servidor mediante cumprimento de metas relativas ao seu processo de trabalho e análise de resultados esperados pela instituição;*

*II - identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria no desempenho dos servidores, visando à implementação de ações adequadas;*

*III - dotar os gestores de uma ferramenta que possibilite o gerenciamento e o desenvolvimento de suas equipes;*

*IV - promover a comunicação e interação entre os gestores e demais servidores com relação aos resultados esperados, permitindo o acompanhamento do desempenho;*

*V - garantir o desenvolvimento do servidor na carreira e auxiliar na identificação da necessidade de capacitação e seu aperfeiçoamento profissional;*

*VI - orientar a política de gestão de pessoas;*

*VII - subsidiar a avaliação do estágio probatório;*

*VIII - elevar o comprometimento dos gestores e servidores em relação aos objetivos do planejamento estratégico da SEFIN.*

**Seção III**  
**Da Qualificação Profissional**

**Art. 22 - F** A qualificação profissional consiste na obtenção pelo servidor de certificação em programa permanente de capacitação, por meio de cursos, congressos, seminários e afins, compatíveis com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, na forma do regulamento. (AC)

.....

.....

**Art. 14** O Capítulo IX da Lei Complementar n. 52, de 28 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação e com os respectivos artigos, a saber:

**Art. 26** A remuneração dos servidores ocupantes dos cargos efetivos de Auditor do Tesouro Municipal e de Analista Fazendário Municipal, respectivamente integrantes das carreiras de Auditoria Fiscal e de Gestão Fazendária será composta pelas seguintes parcelas:

*I - vencimento básico;*

*II - Incentivo de Titulação (ITA);*

*III - Gratificação de Desempenho Fazendário (GDF);*





**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**COMISSÃO CONJUNTA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ORÇAMENTO,**  
**FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

---

**IV - Remuneração Adicional Variável (RAV);**

**V - Vantagem Pessoal Reajustável (VPR), na forma prevista em Lei Complementar;**

**VI - outras vantagens pecuniárias previstas em legislação específica.**

**Parágrafo único.** A **vantagem** a que se refere inciso V deste artigo é exclusiva dos servidores ocupantes do cargo de Auditor do Tesouro Municipal.

**Art. 26 - A** remuneração dos servidores integrantes das funções de Analista do Tesouro Municipal, Assistente Técnico do Tesouro Municipal e Auxiliar do Tesouro Municipal será composta pelas seguintes parcelas:

**I - vencimento básico;**

**II - Incentivo de Titulação (ITA);**

**III - Remuneração Adicional Variável (RAV);**

**IV - Vantagem Pessoal Reajustável (VPR), conforme disposto no art. 26-B desta Lei Complementar;**

**V - vantagens pecuniárias previstas em legislação específica.**

**Art. 26-B** Os servidores exercentes das funções de Analista do Tesouro Municipal, Assistente Técnico do Tesouro Municipal e Auxiliar do Tesouro Municipal terão os seus enquadramentos salariais nas respectivas Tabelas constantes do Anexo III, na referência igual ou, se não existente, na primeira referência imediatamente superior ao vencimento-base percebido no mês anterior ao da publicação desta Lei Complementar.

**§1º** Fica assegurada aos servidores exercentes das funções a que se refere o caput, Vantagem Pessoal Reajustável (VPR), de caráter permanente, correspondente ao limite máximo de retribuição percebida a título de Gratificação de Estímulo à Fiscalização e à Arrecadação Tributárias (GEFAT), de acordo com a função exercida pelo servidor, sendo reajustada exclusivamente pelo índice geral dos servidores públicos municipais, na mesma data.

**§2º** Aos aposentados das funções a que se refere o caput, fica igualmente assegurada a Vantagem Pessoal Reajustável (VPR), de caráter permanente, devendo, para os aposentados que tenham incorporado aos seus proventos valor de Gratificação de Estímulo à Fiscalização e à Arrecadação Tributárias (GEFAT)



**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**COMISSÃO CONJUNTA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ORÇAMENTO,**  
**FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

---

*maior do que o valor previsto no §1º, ser considerado o valor incorporado para a definição do valor da Vantagem Pessoal Reajustável (VPR), sendo essa vantagem reajustada exclusivamente pelo índice geral dos servidores públicos municipais, na mesma data.*

*§3º Sobre o valor pago a título de Vantagem Pessoal Reajustável (VPR), na forma dos §§1º e 2º, incidirá contribuição previdenciária, garantida a percepção para efeito de aposentadoria e pensão, na forma do Regime Próprio de Previdência dos Servidores municipais, sendo reajustada exclusivamente pelo índice geral dos servidores públicos municipais, na mesma data.*

**Art. 27** O vencimento básico corresponde ao valor estabelecido para o padrão de vencimento da referência e classe ocupada pelo servidor.

**Art. 28** As tabelas de valores dos padrões de vencimento encontram-se definidas no Anexo III desta Lei Complementar.

**Art. 29** O Incentivo de Titulação (ITA) será calculado sobre o vencimento básico de referência em que se encontre o servidor, e de acordo com os percentuais constantes no Anexo II desta Lei Complementar.

**Art. 30** As vantagens pecuniárias são aquelas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Fortaleza e na legislação específica do Município de Fortaleza. (NR).

.....

.....



**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**COMISSÃO CONJUNTA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ORÇAMENTO,**  
**FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

---

**ANEXO IV A QUE SE REFERE A LEI COMPLEMENTAR N.     /2022**

FATORES DE MULTIPLICAÇÃO DA GDF PARA OCUPANTES DE CARGO  
COMISSIONADO EXCLUSIVO E DE SERVIDORES À DISPOSIÇÃO OU  
CEDIDOS OCUPANDO CARGO COMISSIONADO

| <b>Simbologia Cargo<br/>Comissionado</b>                     | <b>Multiplicador Sobre o Valor da GDF do Auditor de<br/>240 horas</b> |                                 |
|--|---|---------------------------------|
|  | <b>Até dezembro 2024</b>  | <b>A partir de janeiro 2025</b> |
| S-1  | 3,21  | 2,5                             |
| S-2  | 3,21  | 2,2                             |
| DG-1   | 3,21  | 2,0                             |
| DNS-1  | 3,21  | 2,0                             |
| DNS-2  | 2,95  | 1,8                             |
| DNS-3  | 2,95  | 1,5                             |
| DAS-1  | 2,65  | 1,2                             |
| DAS-2  | 2,48  | 1,0                             |
| DAS-3  | 2,32  | 0,8                             |
| DNI-1  | 1,61  | 0,7                             |
| DNI-2  | 1,40  | 0,6                             |
| DNI-2  | 1,20  | 0,5                             |
| <b>Servidor à<br/>disposição e<br/>cedidos sem<br/>cargo</b> | <b>1,00</b>   | <b>0,5</b>                      |





**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**COMISSÃO CONJUNTA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ORÇAMENTO,**  
**FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

---

**ANEXO V A QUE SE REFERE A LEI COMPLEMENTAR N.     /2022**

**DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS DE ANALISTA  
FAZENDÁRIO MUNICIPAL E AUDITOR DO TESOIRO MUNICIPAL**

**1. CARREIRA: GESTÃO FAZENDÁRIA**

**1.1. CARGO: ANALISTA FAZENDÁRIO MUNICIPAL**

*São atribuições do Analista Fazendário Municipal:*

*I - executar atividades de natureza contábil, financeira, tributária e de suporte ao desenvolvimento das competências da SEFIN;*

*II - elaborar estudos e fornecer informações para subsidiar a política econômica, tributária e financeira do Município;*

*III - executar atividades e rotinas pertinentes às áreas de programação e de execução orçamentária, financeira e contábil, inclusive quanto ao controle da dívida pública municipal;*

*IV - elaborar relatórios e propor rotinas para subsidiar o acompanhamento e controle do fluxo de recursos provenientes das transferências constitucionais, voluntárias e legais;*

**V - atuar junto ao Contencioso Administrativo Tributário do Município, julgando, elaborando e proferindo decisões em processos administrativos tributários, ademais de outras atividades não compreendidas na competência privativa de Auditor do Tesouro Municipal.**

*VI - atuar em caráter adjutório nas demais atividades da Administração Tributária;*

*VII - elaborar e executar procedimentos referentes ao monitoramento dos sujeitos passivos dos Tributos de competência do Município;*

*VIII - desenvolver estudos e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das operações e procedimentos fiscais, propondo e elaborando, quando necessário, normas de procedimentos e manuais relativos aos tributos de competência municipal;*

*IX - prestar esclarecimentos, orientações e responder a consultas dos contribuintes para o cumprimento da legislação tributária municipal, nos limites de sua competência legal;*

*X - dar suporte jurídico às atividades de competência da Secretaria Municipal das Finanças;*

*XI - realizar a gestão de material, patrimônio, recursos humanos, aquisições e demais atividades de suporte administrativo;*

*XII - executar atividades na área de informática, inclusive as relativas à desenvolvimento, prospecção, avaliação, internalização e disseminação de novas tecnologias e metodologias;*

*XIII - executar procedimentos que promovam a integridade, a segurança e o acesso aos dados e informações sob a guarda da Secretaria Municipal das Finanças;*

*XIV - garantir, a partir de procedimentos previamente estabelecidos, o Planejamento, a Governança e o Controle Interno da SEFIN;*





**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**COMISSÃO CONJUNTA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ORÇAMENTO,**  
**FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

---

**XV** - gerir os cadastros tributários do Município, as informações econômico-fiscais e os demais bancos de dados de contribuintes, quanto a sua organização, manutenção e atualização;

**XVI** - executar os procedimentos de formação e instrução de denúncias, quando houver indício de crime praticado contra a ordem tributária;

**XVII** - planejar, supervisionar e monitorar os sistemas e a tecnologia da informação na área tributária e financeira, participar das suas especificações, desenvolvimento e homologação;

**XVIII** - compor, quando designado, comissão de sindicância, inclusive na qualidade de presidente;

**XIX** - **Monitorar o desempenho dos contribuintes do ICMS, por ocasião da apuração do valor adicionado fiscal e da apuração dos índices de participação do Município.**

**2. CARREIRA: AUDITORIA FISCAL**

**2.1. CARGO: AUDITOR DO TESOUREO MUNICIPAL**

São atribuições do Auditor do Tesouro Municipal:

**I** - proceder estudos e prestar assessoramento na formulação de políticas e diretrizes financeiras e tributárias do Município, assim como na elaboração do planejamento estratégico da SEFIN, e no estabelecimento de metas para fins de avaliação de desempenho;

**II** - coordenar e realizar atividades de tributação, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, inclusive, quanto a constituição do crédito tributário, praticando os atos definidos na legislação específica;

**III** - proferir decisões ou delas participar em processos administrativo-tributários, bem como em processos de consulta, restituição ou compensação de tributos e de reconhecimentos de benefícios fiscais;

**IV** - atender e orientar os contribuintes quanto às demandas de ordem fiscal-tributária;

**V** - prestar consultoria em matéria tributária nos assuntos que são submetidos a seu exame, por solicitação do Gabinete do(a) Secretário(a), e das demais unidades orgânicas da SEFIN;

**VI** - realizar o acompanhamento e controle do cumprimento das obrigações tributárias pelo contribuinte, inclusive por meio de monitoramento eletrônico;

**VII** - desenvolver estudos socioeconômicos para análise de capacidades contributivas e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das operações e procedimentos fiscais;

**VIII** - participar da elaboração, alteração, revisão, consolidação da legislação tributária municipal.

**IX** - levantar, monitorar e encaminhar os créditos tributários à Procuradoria Geral do Município para devida inscrição em Dívida Ativa Municipal;

**X** - atuar junto ao Contencioso Administrativo Tributário do Município, julgando, elaborando e proferindo decisões em processos administrativos tributários.

**XI** - encaminhar ao Ministério Público, após ciência do Secretário Municipal das Finanças, relatório acompanhado dos elementos comprobatórios para

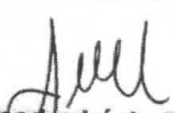


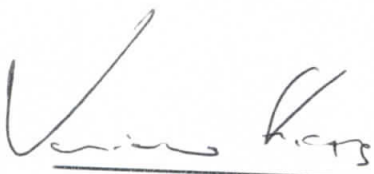
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**COMISSÃO CONJUNTA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ORÇAMENTO,**  
**FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**


representação de crime contra a ordem tributária, na forma que dispuser o regulamento;

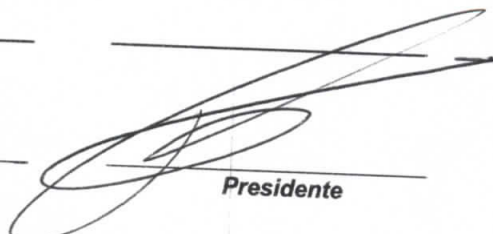
- XII** - executar atividades de natureza contábil, financeira, tributária e de suporte ao desenvolvimento das competências da Secretaria Municipal das Finanças;
- XIII** - atuar nas atividades do planejamento, da gestão e de projetos de interesse da Secretaria Municipal das Finanças;
- XIV** - atuar de forma integrada com outros órgãos e entidades da Administração Municipal de Fortaleza e dos demais Municípios, dos Estados, Distrito Federal e da União em assuntos tributários e financeiros, por meio de convênio, ajustes, cooperação técnica ou instrumento congênere, com ou sem repasse de recursos;
- XV** - prestar apoio técnico à Procuradoria Geral do Município e aos demais órgãos e entidades da Administração Municipal, inclusive em perícias judiciais relacionadas com administração tributária;
- XVI** - compor, quando designado, comissão de sindicância, inclusive na qualidade de presidente;
- XVII** - Monitorar o desempenho dos contribuintes do ICMS, por ocasião da apuração do valor adicionado fiscal e da apuração dos índices de participação do município;
- XVIII** - Acompanhar, controlar e auditar a rede arrecadadora quanto ao recebimento e repasses dos tributos e contribuições administrados pela Secretaria de Finanças.
- XIX** - Executar ações de educação fiscal que estimulem o exercício da cidadania, o uso racional dos recursos públicos e a importância social dos tributos.

SALA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2022.

  
**Vereador Lúcio Bruno**  
Partido Democrático Trabalhista - PDT



 (Jorge Penha)

  
**Presidente**

Rua Thompson Bulcão, 830 – Bairro Patriolino Ribeiro – Fone: (85) 3444.8300  
CEP 60.810-460 – Fortaleza - Ceará